

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Política	17/05/2019

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

FOLHA
DE BOA VISTA

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

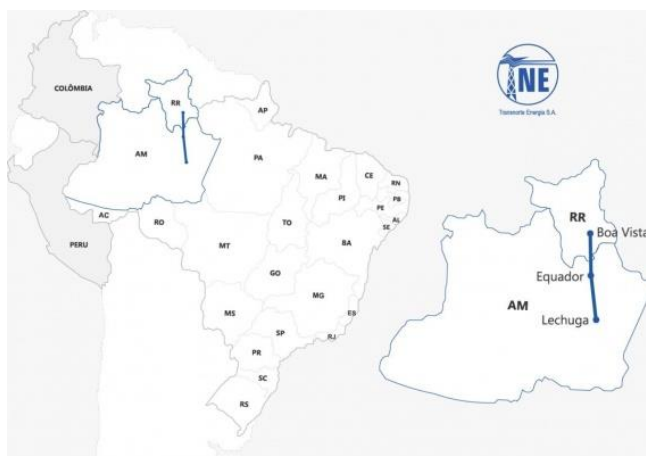
COLUMNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

LINHÃO DE TUCURUÍ

Ministério garante início das obras para agosto deste ano

Por [Folha Web](#)

Em 17/05/2019 às 01:51



A obra era para ter sido concluída em dezembro de 2015, mas sofreu embargos na Justiça
(Foto/Reprodução: TNE)

O secretário Nacional de Minas e Energia, Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino, confirmou o início das obras do Linhão de Tucuruí para o mês de agosto deste ano. A notícia foi transmitida ao governador Antonio Denarium por meio de contato telefônico, ao final da tarde de ontem.

Esse é mais um avanço do Governo do Estado junto ao Governo Federal. O primeiro passo foi a publicação do Conselho de Defesa Nacional, no Diário Oficial da União, que declarou a obra do Linhão como de interesse Nacional.

"Estive reunido com representantes do consórcio que vai executar a obra, além da Eletronorte, Funai (Fundação Nacional do Índio) e Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente). As negociações sobre as compensações aos indígenas estão bem encaminhadas e o Projeto Básico Ambiental Indígena será protocolado no dia 20 de maio na Funai", declarou Ricardo Cyrino.

Segundo ele, o pedido de licenciamento ambiental para dar início às obras será protocolado no Ibama, no dia 10 de junho. "Desta forma, os prazos originais serão garantidos. Com o licenciamento ambiental sendo aprovado em meados de julho, as obras serão iniciadas a partir de agosto", complementou.

Roraima é o único Estado Brasileiro que ainda não faz parte do Sistema Interligado Nacional e dependia da energia produzida pela hidrelétrica de Guri, na Venezuela. Dez dos 15 municípios roraimenses eram abastecidos pela energia venezuelana desde 2001.

Porém, a crise energética foi intensificada na Venezuela, que interrompeu o fornecimento de energia elétrica para o Estado, e foi necessária a ativação este ano de cinco termelétricas em Boa Vista.

"Nos próximos meses teremos a certeza de início das obras do Linhão de Tucuruí. Isso representa mais uma vitória de Roraima pela Defesa Nacional e também pela segurança energética, atraindo novos investidores, que é a nossa frente de trabalho, e, com isso, mudar a matriz econômica e gerar emprego e renda para a população", disse Denarium.

HISTÓRICO – Em 2011, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) licitou a obra do Linhão de Tucuruí. À época, o consórcio TransNorte (TNT), formado pelas empresas Alupar e Eletronorte, investiu R\$ 300 milhões na obra, que deveria ter sido entregue em dezembro de 2015, mas sequer começaram.

Agora, a TNE conectará Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional. O Estado de Roraima vai ser interligando ao SIN por meio da subestação Lechuga, no Amazonas, cobrindo aproximadamente 715 km de linha de 500 KV, em circuito duplo, com 3 subestações. Esta empresa foi constituída após o consórcio Boa Vista, composto pela Alupar (51%) e pela Eletronorte (49%), e saiu vencedora no leilão 004/2011 realizado pela Aneel.

<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Ministerio-garante-inicio-das-obras-para-agosto-deste-ano/53404>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Cidade	17/05/2019

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

encontre na folhabv.com.br

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

ESTATÍSTICA

Cresce o número de mortes por acidente de trabalho

Somente no ano passado foram 2.022 registros de óbitos confirmados, 30 trabalhadores a mais que em 2017

Por [Folha Web](#)

Em 16/05/2019 às 12:22



Segundo o MTP, o país vem registrando aumento nas mortes decorrentes de acidentes de trabalho
(Foto: Divulgação)

Dados do Ministério Público do Trabalho (MPT) apontam que voltou a crescer o número de mortes causadas por acidentes de trabalhos nos últimos cinco anos. Somente no ano passado foram 2.022 registros de óbitos confirmados, 30 trabalhadores a mais que em 2017.

Os dados do órgão levam em consideração somente os registros de acidentes feitos junto à Previdência Social. Por isso, não levam em conta as mortes em serviço de funcionários públicos estatutários, como policiais que morreram durante o trabalho, nem de trabalhadores informais.

Segundo o MPT, em 2012 foram 2.561 óbitos confirmados. Em 2013, esse número subiu para 2.675, 114 mortes a mais. Desde então, havia uma tendência de queda, ano a ano.

“De 2013 para cá, vimos uma queda no número de mortes causada, principalmente, pela desaceleração da economia. O número de trabalhadores caiu e isso reduziu os acidentes de trabalho. Em 2018, o emprego recuperou-se um pouco, mas isso não pode ser desculpa para um aumento nas mortes”, disse Leonardo Osório Mendonça, coordenador da Codemat (Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho) do MPT.

VEJA OS NÚMEROS

2012 - 2.561

2013 - 2.675

2014 - 2.659

2015 - 2.388

2016 - 2.156

2017 - 1.992

2018 - 2.022

<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Cresce-o-numero-de-mortes-por-acidente-de-trabalho/53367>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Cidade	17/05/2019

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

REITOR DA UFRR

Reitor diz receber com surpresa decreto sobre nomeações

O decreto tira do reitor a autonomia para nomear o segundo escalão administrativo das instituições federais nos cargos de vice-reitor, pró-reitores e outros

Por [Ribamar Rocha](#)

Em 17/05/2019 às 02:00



Reitor da UFRR, Jeferson Fernandes, que disse ter recebido decreto com surpresa (Foto: Nilzete Franco/FolhaBV)

A comunidade acadêmica de Roraima ficou surpresa com a divulgação do Decreto do presidente Jair Bolsonaro, publicado nesta quarta-feira, e que tira do reitor a autonomia para nomear o segundo escalão administrativo das instituições federais nos cargos de vice-reitor, pró-reitores e outros. A partir de junho os nomes indicados deverão ir para apreciação do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, via MEC (Ministério da Educação e Cultura).

A medida entrará em vigor em 25 de julho próximo. A Folha ouviu o reitor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Jeferson Fernandes, que disse ter recebido o

decreto com surpresa e que está reunindo a equipe técnica para fazer um estudo para melhor perceber o alcance e os efeitos do decreto.

“Precisamos fazer um estudo técnico para saber o impacto disso na UFRR e acredito que todas as instituições do Brasil farão a mesma coisa”, afirmou.

O reitor informou que paralelo a seu estudo, a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), já está fazendo uma análise e vai levar para uma reunião, já previamente marcada para acontecer no próximo dia 22, do Conselho Pleno da Andifes.

“Vou estar presente nesta reunião e a Andifes deve levar uma interpretação mais técnica deste decreto”, revelou.

Jeferson Fernandes afirmou que na sua interpretação, o decreto só passa a vigorar a partir das próximas nomeações. “Entendo que quem já está nomeado não será afetado pelo decreto, só quem for nomeado em futuras designações ou exonerações”, disse. “Não há nenhum dispositivo no decreto que venha trazer uma vacância dos cargos que já estão ocupados. Então o entendimento que temos é que, teoricamente, quem já está nomeado em determinada função vai continuar, mas a partir da vigência do decreto, datada para dia 25 de junho, as indicações passam a ser analisadas pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil”, explicou.

O reitor fez questão de frisar que todos os cargos da UFRR, que estão no decreto, são de servidores efetivos da instituição.

“Não existe nenhum cargo, destes que estão em questão no decreto, que não seja de servidores efetivos da UFRR, todos são técnicos de suas áreas ou docentes da UFRR, não existe cargos comissionados de pessoas de fora do quadro institucional. Isso é a política de valorização do servidor desta instituição”, afirmou.

Com o decreto, ficam na competência das instituições de ensino apenas nomear as Funções Gratificadas (FGs). Para os demais cargos, entra em ação o Sistema Integrado de Nomeações (SINC) que fará pesquisa à Controladoria-Geral da União e à Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para verificação de vida pregressa do indicado.

A Folha buscou informações com a reitoria do Instituto Federal de Roraima (IFRR), mas fomos informados pela assessoria de Comunicação que a instituição não iria se manifestar sobre o assunto. (R.R)

Seduf vê pressão contra universidades

O presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima (Seduf-RR), Paulo Afonso, disse que a publicação do decreto do presidente Jair Bolsonaro, que impede nomeação de cargos vice-reitor e de pró-reitores com a apreciação do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, é uma represália do governo federal para aprovação da Reforma da Previdência.

“A princípio consideramos isso uma forma de pressão para as universidades. De forma que querem forçar uma aprovação da reforma da Previdência e isso eles usam para tentar fazer com que as universidades não se posicionem ao contrário à previdência”, disse. Para o sindicalista isso é uma forma de pressão para dificultar os trabalhos e ações das universidades em todo Brasil.

“Estas ações são injustas e é vista como uma forma de pressão para tentar inviabilizar a gestão das universidades, que já vêm sofrendo com cortes de recursos ao longo dos anos e a universidade é quem produz os talentos intelectuais e conhecimento tecnológico e que atende a sociedade carente em muitos serviços e isso inviabiliza estes serviços”, disse. (R.R)

<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Reitor-diz-receber-com-surpresa-decreto-sobre-nomeacoes/53405>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Cidade	17/05/2019

Roa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

FOLHA
DE BOA VISTA

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

EDUCAÇÃO

Congresso Internacional debate Direito Amazônico em RR

Foram convidados representantes de países, como África, Itália e Argentina

Por [Folha Web](#)

Em 16/05/2019 às 15:01



O Congresso segue nesta quinta-feira, dia 16, com mesas redondas no auditório da Universidade Estadual de Roraima (Foto: Divulgação)

A cerimônia de abertura do 4º Congresso Internacional de Direito Amazônico foi realizada na noite de quarta-feira, dia 15, no Auditório do Centro Amazônico de Fronteiras (CAF), organizado pelas Universidades Federal de Roraima e Estadual de Roraima, o evento reuniu estudantes, juristas e especialistas na Amazônia sob o aspecto jurídico agrário, ambiental, étnico, fronteiriço, entre outros.

Foram convidados representantes de países, como África, Itália e Argentina, como também de estados brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, para discutirem o Direito Amazônico de forma interdisciplinar.

Para o professor de Direito da UFRR e presidente da Academia Brasileira de Letras Agrárias (ABLA), Gursen De Miranda, o Congresso tem o objetivo de despertar uma consciência da nossa realidade e também da importância da universidade pública para Amazônia.

“Este Congresso reúne professores não só da Amazônia, mas da Pan Amazônia. Aqui temos professores de Moçambique, da Argentina, Havana, e vamos discutir a Amazônia no seu aspecto econômico, social, cultural e político pelo viés jurídico”, disse De Miranda.

O palestrante Eduardo Alexandre Chiziane, docente de Direito da Faculdade de Direito da UEM, em Moçambique, destaca que recentemente, com a passagem de dois ciclones, o país está enfrentando muitas dificuldades, mas decidiu aceitar o convite da ABLA porque considera importante o tema, haja vista que “a Amazônia é o pulmão do mundo, e é preciso ter consciência do Direito natural ser discutido em todos os aspectos”, disse o congressista africano se referindo a possibilidade de agregar conhecimento para ajudar o país dele.

“A discussão atravessa as questões do localismo, do regionalismo, questões de direitos humanos, meio ambiente e isso é importante, tendo em vista que a Amazônia em termos de equilíbrio ecológico universal são indiscutíveis”, declarou Chiziane.

Também participou da cerimônia de abertura a especialista em Direito Internacional e Comunitário pela PUC Minas e Coordenadora do grupo de pesquisa de Direito Internacional do Meio Ambiente – GEDIMA, Alessandra Mahé. A palestrante desenvolve pesquisas sobre a sistematização jurídica da Amazônia, e lançou a obra literária Direito Amazônico - Delineamentos Básicos para uma Teoria Condizente com a Realidade Regional Amazônica, com o Selo da Biblioteca Gursen De Miranda de Direito Amazônico – coordenado pelo Decano Gursen De Miranda e Themis Eloana, Pós-doutora pela Università Degli Studi di Messina, Itália.

O pensamento jurídico regional é uma tendência mundial, uma tendência inclusive regionalizada, tanto no direito internacional, quanto no direito constitucional. Os direitos humanos, no aspecto jurídico precisa ser repensado aqui, esse é um grande momento pra essas reflexões, declarou Mahé.

O Congresso segue nesta quinta-feira, dia 16, com mesas redondas no auditório da Universidade Estadual de Roraima, onde são debatidos vários temas, como: Fronteira, Imigração, Segurança Pública, Direitos Humanos no Estado de Roraima e Atualidade e Panorama Fundiário de Roraima. No período da tarde, às 16h, a programação segue com painéis na Universidade Federal de Roraima.

<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Congresso-Internacional-debate-Direito-Amazonico-em-RR/53372>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site A Crítica (http://www.acritica.net)	Campo Grande	Notícias	17/05/2019



JUSTIÇA

TRF-5 autoriza Robson Andrade a reassumir a Presidência da CNI

O empresário estava afastado do cargo desde fevereiro após ter sido preso pela Polícia Federal



O TRF-5 (Tribunal Regional Federal da 5ª Região) decidiu, por dois votos a um, autorizar o retorno do empresário mineiro Robson Braga de Andrade à Presidência da CNI (Confederação Nacional da Indústria) nesta sexta-feira (17/05). Ele estava afastado do cargo desde o dia 19 de fevereiro deste ano após ter sido preso na “Operação Fantoche”, deflagrada pela Polícia Federal para apurar possíveis fraudes envolvendo o desvio de recursos do Sistema S no Estado de Pernambuco.

A princípio, Robson Braga teria de ficar afastado por 90 dias do comando da entidade e esses três meses se completariam na próxima segunda-feira (20/05). Porém, o TRF-5 decidiu antecipar o retorno e, dessa forma, o empresário Paulo Afonso Ferreira, o vice que conduziu interinamente a CNI desde fevereiro, devolve o cargo a Braga.

Além da prisão temporária de Robson Braga de Andrade, a “Operação Fantoche” ainda cumpriu outros nove mandados de prisão temporária. As investigações apuram supostas irregularidades em contratos que somam R\$ 400 milhões firmados entre o Ministério do Turismo e o Sistema S. De acordo com a PF, um grupo de empresas do mesmo núcleo

familiar atuou desde 2002 executando contratos firmados por meio de convênios com a pasta e com o Sistema S.

“A atuação do grupo consistia na utilização de entidades de direito privado, sem fins lucrativos, para justificar celebração de contratos e convênios diretos com o ministério e unidades do Sistema S. Tais contratos, em sua maioria, voltados à execução de eventos culturais e de publicidade superfaturados e/ou com inexecução parcial, sendo os recursos posteriormente desviados em favor do núcleo empresarial por intermédio de empresas de fachada”, disse nota da PF.

“Estima-se que o grupo já tenha recebido mais de 400 milhões de reais decorrentes desses contratos”, acrescentou a PF sobre a operação, realizada em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU). A corporação disse que 213 agentes foram mobilizados, assim como 8 auditores do TCU, para o cumprimento de 40 mandados de busca e apreensão e 10 de prisão temporária em Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Paraíba, Distrito Federal, **Mato Grosso do Sul** e Alagoas.

Pedido do MPF

O Ministério Público Federal em Pernambuco tinha expedido ofício à Presidência do Conselho de Representantes da Confederação Nacional de Indústria (CNI) e à Diretoria dos Departamentos Nacionais do Serviço Nacional da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em que requisitava, entre outras providências, que fosse mantido o afastamento cautelar de Robson Braga de Andrade e de outros investigados na Operação Fantoche, deflagrada em fevereiro deste ano.

As investigações foram iniciadas em decorrência de relatórios do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União, que identificaram fraudes em processos seletivos e contratos administrativos firmados por diversos departamentos do Sesi e do Senai. Para o Ministério Público Federal, as fraudes ‘contaram com a participação de Robson Braga de Andrade como o responsável pela liberação de recursos, seja como dirigente do Departamento Regional do Sesi/MG, como segundo vice-presidente do Departamento Nacional do Sesi ou na recente função de presidente da CNI (e, conseqüentemente, diretor do Departamento Nacional do Sesi)’.

De acordo com as apurações, ‘as irregularidades ocorreram em seleções e contratos envolvendo o grupo empresarial da Aliança Comunicação e Cultura Ltda, contratada inicialmente por inexigibilidade de licitação de forma indevida e, posteriormente, por meio da contratação indireta de seus projetos mediante a cooptação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips)’. As Oscips investigadas (Instituto Mundial de Desenvolvimento da Cidadania – IMDC, Instituto Origami e Instituto de Produção Socioeducativo Cultural Brasileiro – IPCB) ‘foram contratadas pelos departamentos do Sesi, mas subcontrataram a Aliança para a execução dos objetos celebrados’, sustenta o Ministério Público Federal.

A Procuradoria aponta ‘fraudes nos processos de seleção dos institutos e o direcionamento de verbas a empresas de ‘fachada’ que, na maioria das vezes, realizavam os saques dos

montantes em espécie, de forma a dificultar o rastreamento dos destinatários dos valores desviados'. O relatório do TCU aponta que, entre 2010 e 2017, houve o aporte de mais de R\$ 260 milhões por parte do Sesi nos projetos. No entanto, o volume de contratos com os Departamentos Regionais do Sesi de Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Alagoas superaram em muito a média nacional.

Conflitos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, articulava nos bastidores outra solução junto com o presidente da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, para colocar um presidente ligado a seus interesses na CNI.

Ele é desafeto de Robson, que logo após a eleição fez declarações que desagradaram o governo Bolsonaro. A articulação para retirá-lo do comando da entidade tem o apoio do ex-presidente do Sebrae, Guilherme Afif, hoje assessor especial do ministro da Economia.

Eles precisam conquistar o apoio das federações de Minas Gerais e do Norte e Nordeste do país, já que Rio, São Paulo e região sul estão fechados com Eduardo Eugênio. A operação é considerada essencial para as mudanças que o governo quer fazer no Sistema S.

O grupo de empresários que são ligados a Robson distribuíram mensagens nas redes privadas da indústria com mensagens criticando Eduardo Eugênio por estar há 33 anos no comando da Firjan e fazendo acusações piores a Guedes.

A mais séria delas reproduz agenda do ministro em que ele concede audiência a Eduardo Eugênio, coincidentemente na véspera da operação que prendeu o presidente da CNI, dia 18 de fevereiro. Segundo alguns, Guedes teria também conversado com o ministro da Justiça, Sergio Moro, neste dia. Mas ele não está na agenda.

<http://www.acritica.net/noticias/trf-5-autoriza-robson-andrade-a-reassumir-a-presidencia-da-cni/379277/>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site UOL (https://jovempan.uol.com.br)	Brasil	Jovem Pan – Jornal da Manhã	17/05/2019

UOL HOST PAGSEGURO CURSOS LOJA VIRTUOL BUSCA BATE-PAPO EMAIL

tempo newsletter muda a cidade ouça ao vivo

News Esportes Fun & Music JP TV Opinião Programas Podcasts Blogs Especiais Eva

ASSISTA AO VIVO Morning Show Jornal da Manhã - 2ª Edição

Ministro da CGU defende decreto que obriga 'Sistema S' a detalhar gastos

O chefe da CGU deu a declaração na manhã desta quarta-feira 15)



O texto determina que as instituições como Sesi, Senai e Senat publiquem dados detalhados de custos e salários nos sites delas

O ministro da [Controladoria-Geral da União](#), Wagner Rosário, defendeu o decreto do Governo que obriga as entidades do [Sistema S](#) a detalhar gastos.

O chefe da CGU deu a declaração na manhã desta quarta-feira (15), pouco antes de participar do 7º Congresso Internacional de Compliance, em São Paulo.

O texto determina que as instituições como Sesi, Senai e Senat publiquem dados detalhados de custos e salários nos sites delas. Algumas das

entidades entendem que a medida é inconstitucional e podem questioná-la na Justiça.

O ministro da CGU defendeu a medida e disse que ele mesmo já tentou obter informações do Sistema S pelas normas vigentes até agora e não obteve sucesso. Wagner Rosário afirmou que as instituições recebem dinheiro público e que elas precisam decidir sobre a natureza delas.

O Sistema S é financiado por contribuições compulsórias sobre a folha de pagamento das empresas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse que pretende reduzir os repasses às entidades.

<https://jovempan.uol.com.br/programas/jornal-da-manha/ministro-da-cgu-defende-decreto-que-obriga-sistema-s-a-detalhar-gastos.html>